

Mutirão x organicidade: Reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN

Cecília Marilaine Rego de Medeiros
Contato: cecilia.marilaine@yahoo.com.br

Dissertação vinculada à linha de pesquisa Política e Projeto da Habitação Social

INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre a dissertação, ainda em desenvolvimento, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU da UFRN, sob a orientação da Profa. Dra. Amadja Henrique Borges, cujo objeto trata da relação entre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a sua organicidade. A pesquisa investiga se o processo de construção das moradias em mutirão assistido contribui com a organicidade do assentamento e de que forma isso ocorre.

A organização de habitats dos assentamentos rurais têm finalidades políticas e culturais muito diferentes dos espaços urbanos, o que aponta para uma necessidade de reflexão por parte dos arquitetos e urbanistas sobre essa realidade. Sua compreensão é essencial para que princípios, diretrizes e parâmetros sejam adequados a esse tipo de organização característica e complexa (BORGES, et al, 2006).

São várias as formas de trabalho coletivo. No que se refere à sua utilização na construção das moradias dos assentamentos por um movimento do campo, as compreensões e incompreensões ainda são diversas. Direções e bases do MST têm diferentes concepções, teorias e práticas repletas de contradições e limitações, sobretudo pela dificuldade de acompanhamento das bases por parte de seus militantes. Como resultado, muitas experiências, como as analisadas nesta pesquisa, são permeadas de conflitos.

OBJETIVOS

O recorte da pesquisa que trata este trabalho é definido pelos assentamentos Maria da Paz, localizado no Município de João Câmara-RN; Resistência Potiguar 1, localizado em Ceará Mirim-RN; Bernardo Marim, situado no Município de Pureza-RN; e Roseli Nunes, em Ielmo Marinho-RN, todos assessorados pelo Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH, da UFRN. Essas experiências definem um limite temporal que inicia em 2004, quando ocorreu a construção das moradias do Maria da Paz, até o momento atual, uma vez que os dois últimos assentamentos citados ainda estão em fase de finalização das moradias.

Com o objetivo geral de contribuir com a compreensão da importância do processo do mutirão habitacional para a organicidade do Movimento, a dissertação busca atender aos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a problemática da habitação de interesse social no campo, em especial a situação dos assentamentos do RN; b) compreender as especificidades dos processos de construção da moradia nos assentamentos rurais, destacando mais uma vez as áreas do estado do RN; c) entender quais as referências, os objetivos e como se dá a organicidade no MST; e d) analisar quais os conflitos e potencialidades do processo de mutirão para a construção das moradias nos assentamentos rurais.

METODO



O método proposto para a pesquisa tenta estabelecer uma análise dialética do objeto. Fundamenta-se, assim, na pesquisa participante (BRANDÃO, 1981; e 1987; BRANDÃO e STRECK, 2006) e na sociologia da cotidianidade, através do método regressivo-progressivo de Lefebvre (1958; 1961; e 1970).

Foram determinados elementos de análise que representam as partes essenciais e que se relacionam com o objeto de estudo: ao mutirão para a construção das habitações e à organicidade, assim como à estrutura e o teor das relações existentes em cada caso, destacando-se os conflitos e os resultados. Trata-se, portanto, de uma reflexão propositiva: a compreensão da problemática busca uma resposta aos enfrentamentos que passam os assentados, o Movimento e a assessoria técnica nas quatro experiências em questão.

DESENVOLVIMENTO

Os quatro assentamentos a que trata este trabalho possuem singularidades, dado o contexto (sua constituição e composição) e a conjuntura (circunstâncias do processo) em que cada uma se desenvolveu, mas também algumas semelhantes: os assentamentos Maria da Paz e Resistência Potiguar 1 receberam recursos para a construção das moradias via créditos do INCRA, portanto, o andamento das obras se deu a partir dos normativos do mesmo; outra similaridade diz respeito a organização das famílias, que, desde a sua formação e durante o processo do mutirão, foi estruturada em Núcleos de Base. Os assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes receberam, além dos recursos do INCRA, um complemento do Ministério das Cidades via Caixa Econômica Federal – CEF, que por sua vez, passou a ser o agenciador dos recursos e, dessa forma, o andamento das obras teve que se adaptar aos normativos do referido Banco; quanto à organização das famílias, também compartilham da mesma conformação: em ambos os assentamentos foram criadas duas associações, que, entretanto, discordavam com relação à aceitação do MST.

De maneira geral, a construção coletiva das moradias nos assentamentos rurais a partir do surgimento das associações de moradores mostrou-se bastante problemática. O processo do mutirão dos assentamentos Bernardo Marim e Roseli Nunes, ambos iniciados em 2008, exigiu adaptações, decorrentes,

sobretudo, dos procedimentos exigidos pelo novo agente que passou a entregar o universo da habitação social rural: a CEF. As regras utilizadas por este agente para direcionar o desenvolvimento das obras são formuladas a partir de realidades urbanas. Esta questão, aliada a dificuldade de realização de algum trabalho coletivo com a divergência entre as associações, foi suficiente para gerar conflitos durante todo o andamento das obras.

Já as experiências dos assentamentos organizados a partir de Núcleos de Base, se deram num contexto em que o Movimento encontrava-se bastante articulado no RN. A construção do assentamento Maria da Paz, entre 2003 e 2004, se configura como uma experiência referência, a partir do qual o GERAH formulou o método do desenho do possível (BORGES, 2006). No entanto, essa especificidade não livrou o processo de conflitos. Assim, como desdobramento dessa experiência, o Grupo, juntamente com o MST, faz uma avaliação do processo e determina adaptações no método, se desdobrando no acompanhamento do assentamento Resistência Potiguar 1, entre 2005 e 2006. Essas experiências, apesar dos conflitos, mostraram formas de superar dificuldades financeiras e técnicas a partir de possibilidades organizativas e propostas coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise breve sobre o objeto de estudo da dissertação que trata este trabalho aponta alguns pontos para discussão. O primeiro diz respeito ao significado da moradia para o MST: ela já faz parte da sua cotidianidade, é instrumento para a melhoria da qualidade de vida, mas não para a organicidade. Se os processos de construção coletiva são importantes meios de continuidade dessa organicidade, essa compreensão ainda não é assimilada pelo Movimento.

Considerando o mutirão uma continuidade do modelo da organicidade, fundamentado ações cooperativas e de autogestão, seu resultado pode, além de contribuir com um produto final apropriado por seus moradores (uma habitação de qualidade), também representar uma experiência formadora. No entanto, há de se superar o longo e desgastante período de construção, uma vez que a sobrevivência das famílias assentadas depende primeiramente da sua produção agrícola, para além das condições de moradia. A variável “tempo” tem um peso



1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL
significativo nas condições de participação dos
assentados.

Quanto à organicidade, observamos por um lado o atendimento às necessidades de desenvolvimento das famílias assentadas, através do acesso das mesmas aos créditos para subsídio da produção, possível somente a partir de associações, mas por outro, um prejuízo nas possibilidades das transformações vislumbradas pelo Movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Amadja H. O desenho do possível: a UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. In: Ilza Araújo Leão de Andrade (Org.). Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2006.

BORGES, Amadja. H.; BERTOLINI, Valéria A.; MEDEIROS, Cecília M. R. de. Habitação de interesse social nas universidades. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, Goiânia. Anais eletrônicos... 2006.

BORGES, Amadja H.; MEDEIROS, Cecília M. R.; CERQUEIRA, Maria C. T. Redesenhando com o MST o habitat da Reforma Agrária. In: I Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social, 2010, Porto Alegre. Anais do I Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. v. 1. p. 1-11.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Pesquisa participante. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

LÉFÈBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne. Vol. I: Introduction. Paris: L'Arche Ed. 1958.

_____. Critique de la vie quotidienne. Vol. II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Arche Ed. 1961.

_____. Du rural à l'urbaine. Paris: Anthropos, 1970.

MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.